

O Estatuto do Animador Sociocultural: contributos e reflexão para o seu percurso

ISABEL MARIA SILVA ESTEVES FILIPE

apdasc.nacional@gmail.com

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural

Resumo

O presente artigo pretende contribuir para a história da Animação Sociocultural assim como para a valorização do trabalho dos Animadores Socioculturais em Portugal.

Recorda-se o tempo e caminho traçado em volta do *Estatuto Profissional da Carreira de Animador/a Sociocultural*, a partir de factos e momentos históricos realçando os principais passos dados até aos dias de hoje.

Aponta-se o atual debate em volta do referido documento concebido pela APDASC (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural) e reflete-se sobre a importância de criar e aprovar um estatuto colocando-o como uma prioridade na salvaguarda dos direitos e deveres do profissional que exerce a profissão.

Palavras-chave:

Animação Sociocultural; Animadores Socioculturais; Estatuto; APDASC

Abstract

This article aims to contribute to the history of Sociocultural Animation as well as to the appreciation of the work of Sociocultural Animators in Portugal.

We remember the time and path traced around the Professional Status of the Career of Sociocultural Animator based on historical facts and moments highlighting the main steps until today.

It points out the current debate around the referred document conceived by APDASC (Portuguese Association for the Development of Sociocultural Animation) and reflects about the importance of creating and approving a statute placing it as a priority in safeguarding the rights and duties of the professional practicing the profession.

Key concepts:

Sociocultural Animation; Sociocultural Animators; Status; APDASC

Introdução

A Animação Sociocultural, vem acompanhando as grandes transformações ocorridas a partir de meados do século XX, e atualmente, sobressai, no aqui e agora, com uma energia e oportunidade fazendo-se valer pelos seus grandes contributos, enquanto prática pedagógica que congrega na sua forma de intervenção as dimensões social, educativa e cultural.

A Animação Sociocultural desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e bem-estar das comunidades, constituindo-se como uma área disciplinar assente numa metodologia participativa essencial. Sendo que os desafios socioculturais colocados pela sociedade atual são cada vez mais exigentes e que as transformações ocorrem de uma forma acelerada, cabe aos Animadores Socioculturais a responsabilidade de contribuir, a partir de diagnósticos e da utilização de técnicas sociais, culturais e educativas, para a consciencialização participante e criadora das comunidades, mobilizando-as a encontrar respostas para os problemas coletivos e, conseqüentemente, melhorar a convivência humana.

Passaram-se décadas de intervenção, trabalho com grande relevância em diferentes âmbitos e de tentativas do seu reconhecimento, através

de um estatuto legalmente reconhecido pelo governo português, sem produzir qualquer efeito. Hoje, reforça-se cada vez mais a pertinência de refletir na aprovação do estatuto, um documento que salvaguarde o objeto, o âmbito, a natureza, os objetivos da profissão, a estrutura e acesso às carreiras profissionais e o próprio conteúdo funcional, de modo a situar os direitos e deveres.

Neste artigo, apresentam-se, assim, contributos para a compreensão do caminho já percorrido em volta do estatuto, as diligências desenvolvidas em prol da sua aprovação, o atual debate assim como uma reflexão sobre a importância da sua existência.

1. O caminho percorrido...

A discussão em torno do Estatuto do Animador Sociocultural, assim como as primeiras propostas, não é um assunto do presente. Ela vem de um passado enriquecedor, feito de amplos debates com um propósito comum – a valorização da Animação Sociocultural e dos Animadores Socioculturais.

Em contexto histórico marcado pela revolução de abril, um dos esboços do primeiro estatuto surge pelas mãos de Orlando Garcia em 1976

- o *Estatuto da Equipa Nacional dos Animadores do FAOJ*¹- que procurava a integração na estrutura do FAOJ, fruto dos modelos de intervenção e do espírito histórico que se vivia.

Traçava, assim, um perfil de “Animador vocacionado para a intervenção militante, inspirado num modelo de formação adequado a estes “militantes” culturais, sociais e educativos portadores de experiências e vivências diversas e oriundos do movimento de Animadores Voluntários” (Lopes, 2008, p.185).

Ainda no mesmo ano, surge a proposta do *Sindicato dos Trabalhadores Sociais* que realça a importância da formação base e específica dos Animadores Socioculturais assim como o campo de ação do seu trabalho tendo em conta as seguintes questões: para *Quem? Onde? Como? Para quem?* É colocada na base da sua intervenção a preocupação da valorização permanente das pessoas (Sousa Lopes, 2008).

A história faz-se através das memórias e por isso importa realçar que existiram diferentes iniciativas, factos, acontecimentos e criação de

textos, que foram reforçando a importância da Animação Sociocultural, nomeadamente documentos como o *Manifesto da Animação Cultural* e as *Recomendações da UNESCO* também eles publicados em 1976 (Lopes, 2008).

Destacam-se alguns projetos que surgiram, nessa década, com um propósito maior, o de defender à escala nacional os Animadores Socioculturais e de contribuir para o debate em torno do estatuto do Animador Sociocultural: Associação Portuguesa de Animadores Culturais (APAC), Associação para a Animação Sociocultural (APAS), Associação Nacional de Animadores Culturais (ANAC), Núcleo Dinamizador da Animação Socioeducativa (NUDASE) e Centro de Animação da União para a Ação Cultural Juvenil Educativa (UPAJE).

Os anos passaram e muitos encontros e debates aconteceram, reforçando a pertinência do reconhecimento da figura do Animador Sociocultural.

Em 1988, foi promulgado um despacho conjunto do Gabinete do Mi-

¹ FAOJ – Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis

nistério Adjunto e da Juventude sobre a formação de Animadores, definição da carreira e estatuto de Animador. Foi constituído um grupo de trabalho com diferentes representantes e surgiu um contributo fundamental que fazia referência ao estatuto e definição de uma carreira.

Mais uma tentativa de *Estatuto do Animador Sociocultural* surge em 1998 por parte da TRILHOS – Associação Juvenil de Educação Ambiental. Centrado na preocupação da intervenção no associativismo juvenil com função educativa, social, cultural e económica.

E na continuação da cronologia dos factos à volta do estatuto é importante salientar a realização do *I Congresso Internacional de Animação Sociocultural*, de 25 a 28 de maio de 1995 na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Momento importante que destaca nas suas conclusões a necessidade de criação da Associação Nacional de Animadores Socioculturais (ANASC) e a luta pela criação do *Estatuto do Animador Sociocultural* e conseqüentemente o seu reconhecimento pelo estado português (Lopes, 2008).

Surge, então, em 1996 a ANASC que tem um papel determinante na afirmação da Animação Sociocultural em Portugal, organizando nos anos seguintes outros congressos e momentos de partilha e discussão.

É com um objetivo determinado e de apoio numa cultura democrática e de compreensão em relação à importância do documento e da participação de todos os Animadores na construção do mesmo, que no ano de 1999, no *V Congresso Internacional de Animação Sociocultural da ANASC*, realizado em Coimbra, se coloca a discussão e aprovação do *Estatuto do Animador Sociocultural* e a constituição das *Categorias Profissionais e Conteúdos Funcionais*, sendo aprovados por unanimidade e aclamação.

Citando Marcelino Lopes (2008, p. 519) [tratava-se de um estatuto] “de caráter global e ligado ao movimento em torno da Animação dos anos 90”.

A discussão realizada em torno do *Estatuto do Animador Sociocultural* e as diversas propostas até aqui apresentadas, arrastaram-se por mais de três décadas sem terem, no entanto, sido reconhecidas institucionalmente nem produzirem quaisquer efeitos.

De salientar que mesmo sem um documento legalmente reconhecido, a Animação Sociocultural persistiu nas comunidades, nas organizações sociais e educativas com os Animadores Socioculturais no terreno – técnicos cada vez mais necessários face à conjuntura atual.

No século XXI, em 2005, surge pela vontade e determinação de um grupo de jovens estudantes de Animação Sociocultural a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural (APDASC).

Um projeto movido pela vontade e pelo sonho de reunir esforços para projetar a profissão - Animador Sociocultural - lutando pelos direitos destes privilegiados agentes de desenvolvimento comunitário.

Importa referir quais os seus principais objetivos : Organizar grupos de trabalho que se debruçam sobre a investigação, estudo e análise de questões relativas à ASC; Divulgar junto de instituições e da opinião pública a natureza e os contributos da ASC para o desenvolvimento comunitário; Desenvolver iniciativas que clarifiquem o papel e as funções dos/as animadores/as socioculturais enquanto agentes sociais privilegiados/as da ASC; Incentivar e divulgar projetos de ASC; Organizar encontros e outros eventos de cariz formativo que visem a formação permanente de animadores/as socioculturais; Possibilitar o acesso a informação, nomeadamente no que diz respeito aos cursos existentes no país e a ofertas de emprego no âmbito da ASC, tendo em vista a integração profissional de animadores/as socioculturais; Pro-

mover o intercâmbio e cooperação com associações e organismos nacionais e internacionais, contribuindo para a prossecução do objetivo da APDASC; Proporcionar aos/às associados/as o acesso a documentação e bibliografia sobre a ASC.

Tendo em conta a missão e objetivos a que se propôs, a intervenção da APDASC ao longo dos tempos tem primado pela aproximação de entidades formativas, escolas, associações e organizações sociais, culturais e educativas, focado num trabalho de valorização do Animador Sociocultural e reconhecimento da Animação Sociocultural.

Estávamos em 2010 e completavam-se 11 anos da aprovação do *Estatuto do Animador Sociocultural* na Assembleia Geral da ANASC, sem o mesmo ter produzido algum efeito legal. Com as transformações profundas a ocorrerem na sociedade, ao nível da formação, mercado de trabalho, emprego e carreira de Animadores Socioculturais, a APDASC toma iniciativa de convocar, em 2010, os Animadores Socioculturais do país para um Congresso.

É no *I Congresso Nacional de Animação Sociocultural – Profissão e Profissionalização dos Animadores*, nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 2010 na cidade de Aveiro, com cerca de 500 participantes, susten-

tado pelas conclusões de um ciclo de debates realizado pelo país subordinados ao tema do congresso e pelo estatuto aprovado na Assembleia Geral da ANASC, que foi aprovado um novo *Estatuto Profissional do Animador Sociocultural*, bem como o *Código Deontológico do Animador Sociocultural* (Costa, 2010).

Deste novo *Estatuto do Animador Sociocultural*, aprovado por unanimidade em Assembleia Geral Extraordinária da APDASC realizada no referido congresso, destaca-se a figura do Animador Sociocultural com a necessidade da sua profissionalização e a natureza da Animação Sociocultural quer nos métodos e práticas de intervenção.

Conscientes da ausência de medidas claras que defendessem o Animador Sociocultural, da existência de um documento legalmente aprovado e publicado em Diário da República que definisse claramente quais as funções do Animador Sociocultural, assim como a identificação do profissional que exerce a profissão, a APDASC uniu esforços para que este documento fosse reconhecido pelo governo português, sem quaisquer efeitos.

É então que renasce a vontade de construir e de lutar pela aprovação

do *Estatuto do Animador Sociocultural*, por parte de um grupo de trabalho constituído por elementos da APDASC e por Animadores Socioculturais representantes de outras associações e entidades educativas - Comitativa para a Implementação do *Estatuto do Animador Sociocultural*. Reúne com a esfera política (partidos políticos e coordenadora da Comissão do Trabalho e Segurança Social) e entrega em Assembleia da República a proposta de estatuto aprovada em 2010, assim como um conjunto de recomendações elaboradas por professores do ensino superior e por Animadores Socioculturais representantes das associações de animadores do país.

Ainda neste seguimento foram reunidos esforços para unir Animadores Socioculturais e demais grupos de intervenção e opinião pública através de uma Petição Pública em defesa da aprovação do estatuto que reuniu, entre 2013 e 2017, somente 1690 assinaturas não tendo sido possível o avanço da sua entrega a discussão em Assembleia da República e, conseqüentemente, definição de um caminho a traçar neste propósito. Importa referir que para tal acontecer seria necessário reunir no mínimo 4000 assinaturas.

Ainda como complemento a todo este empenho foram realizados di-

versos congressos, seminários e três Encontros Nacionais de Animadores Socioculturais (2015 e 2017), tentando reunir o maior número possível de Animadores Socioculturais do país e recolher contributos que enriquecessem e fundamentassem o propósito da legalização do estatuto.

Destes momentos de partilha surgiram artigos científicos e diversos documentos, incluindo atas de encontros e congressos que vêm reforçar a necessidade urgente da reformulação do estatuto, uma vez que as transformações ao nível da formação, do mercado de trabalho e do emprego são mutáveis e que a Carreira do Profissional – Animador Sociocultural – continua inexistente, apesar do profissional continuar no terreno e ser um técnico de intervenção social, cultural e educativa bastante solicitado.

Estamos em 2017 e o grupo de trabalho, até então a trabalhar a questão política de reconhecimento do estatuto, fica inativo. É neste momento que a atual direção da APDASC manifesta forte empenho e determinação e volta a trabalhar no atual estatuto, reformulando-o e adaptando-o à realidade do século XXI.

Define estratégias de atuação, reúne com partidos políticos e em 2019

continuando o processo de valorização e reconhecimento do Animador Sociocultural, convoca os Animadores Socioculturais de Portugal para um congresso, onde o debate sobre o renovado *Estatuto da Carreira Profissional de Animador/a Sociocultural*, o futuro da Animação Sociocultural e do Animador Sociocultural fossem privilegiados.

As dificuldades sentidas por todos os profissionais – Animadores Socioculturais no terreno - indefinição, ambiguidade, imprecisão e até incertezas do que são e fazem. Os argumentos que suportam as diversas justificações e/ou os juízos críticos que os Animadores Socioculturais vão produzindo em relação às problemáticas que afetam a sua atividade assentam sobretudo em dispositivos de ordem cívica, mas também em dispositivos relacionados com os atributos profissionais e a sua eficácia são os principais motes para a necessidade da realização do *XXIX Congresso Internacional de Animação Sociocultural: Construindo o Futuro*.

Neste contexto, importa pensar/agir e por isso a necessidade de pontos de encontro, de reflexão, de participação cívica e de autoafirmação de todos os Animadores Socioculturais e daqueles que acreditam na sua metodologia de intervenção, relativamente à sua participação e contributo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

É com este mote para refletir que, nos dias 18 e 19 de outubro do mesmo ano no Teatro Municipal da Guarda, a APDASC reúne cerca de 300 participantes - estudantes, profissionais de Animação e/ou outros interessados nas diferentes áreas de intervenção.

De realçar, neste momento histórico para a Animação Sociocultural, que o Renovado *Estatuto da Carreira Profissional de Animador/a Sociocultural*, foi revisto por uma jurista, debatido num painel do congresso, com a presença do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social e do partido político - Bloco de Esquerda.

Importa aludir que a entidade sindical mencionada já vinha acompanhando o processo desde 2010, elemento essencial para compreender e dar seguimento ao trabalho já desenvolvido, e que o Bloco de Esquerda foi um dos partidos políticos com assento no Parlamento que a APDASC contactou, e que se mostrou, desde o início, inteiramente disponível para cooperar.

De reforçar que existiram partilhas, ideias e estratégias para facilitar o processo de aprovação do estatuto. Um documento que se encontrava ainda em construção, mas que se pretendia que fosse um documento legal que permitisse regulamentar a profissão e a carreira dos

animadores. Deu-se destaque à importância da força conjunta dos Animadores Socioculturais para que a sua voz – a voz de muitos – se faça ouvir na Assembleia da República, e que impulsiona o processo de aprovação do documento.

É então na Assembleia Geral Extraordinária da APDASC, realizada no dia 18 de outubro, após a sua discussão em painel próprio e do conhecimento de todos os participantes do congresso assim como dos sócios da associação, que num único ponto de ordem de trabalhos: “Apresentação, discussão e votação da proposta da Direção Nacional da APDASC de atualização do Estatuto Profissional dos/as Animadores/as Socioculturais” é aprovado por unanimidade o *Estatuto da Carreira Profissional de Animador/a Sociocultural*.

Este documento apresenta como principal objetivo responder às diferentes preocupações por parte dos profissionais de Animação Sociocultural em Portugal, esclarecendo o papel do Animador Sociocultural e o reconhecimento das suas funções. Deve ser aplicado em todos os contextos laborais, sejam eles públicos ou privados.

Aliando esforços ao trabalho desenvolvido até então a APDASC lança no mesmo congresso a Petição Pública “Discussão e Aprovação do Estatuto Profissional da Carreira do Animador Sociocultural”, que

vem solicitar a sua discussão em Assembleia da República e aprovação em Diário da República.

Hoje a petição reúne 4365 assinaturas online e em suporte físico num abaixo assinado que concorre ao mesmo objetivo.

Foram reunidas as assinaturas necessárias - mínimo 4000 – e foi dado seguimento ao processo com a entrega das assinaturas recolhidas, no dia 17 de julho de 2020, na Assembleia da República, aguardando-se a sua apreciação e discussão em Plenário.

2. O Atual Debate...

Atualmente a APDASC encontra-se em estreita ligação com os Grupos Parlamentares dos respetivos partidos políticos com assento na Assembleia da República, assim como com as seguintes Comissões Parlamentares: *Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto e Comissão de Trabalho e Segurança Social.*

No que diz respeito às entidades formativas do ensino superior, a APDASC reuniu e entregou recomendações à ARIPese², à CRUP³ e ao CCISP⁴ apelando à união de esforços em prol da uniformização da nomenclatura dos cursos existentes para *Animação Sociocultural*. Do mesmo modo, apelou à A3Es⁵ enquanto entidade que avalia e acredita os cursos superiores que tome em consideração esta advertência.

Um dos passos seguintes deste caminho, que será longo e requer muito empenho por parte da APDASC, mas também de todos os Animadores Socioculturais de Portugal, é conseguir, agora que a petição reúne as condições necessárias para discussão em sessão na Assembleia da República, que o debate aconteça assim como as reuniões em agenda com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

3. A importância da aprovação do Estatuto

A importância de criar e aprovar o *Estatuto da Carreira Profissional de Animador/a Sociocultural* - Técnicos de Intervenção Social, Cultural e Educativa - coloca-se como uma prioridade. Não só pela defi-

² ARIPese- Associação de Reflexão e Intervenção na Política educativa das Escolas Superiores de Educação

³ CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

⁴ CCISP – Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

⁵ A3Es – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

nição de uma carreira para salvaguarda destes profissionais tão importantes, mas tão esquecidos e ignorados por quem não (re)conhece esta área de intervenção humanizada que os caracteriza, mas sobretudo para clarificar e impor às entidades empregadoras claramente o que são, quais os seus propósitos de intervenção e porque devem ser estes técnicos e não outros, em sua substituição, a fazer o seu trabalho de intervenção.

Para além do exposto, este é um documento legal que vem proteger também os grupos-alvo (crianças, jovens, seniores), responsabilizando os Animadores Socioculturais pelas suas práticas educativas, culturais e sociais.

A Animação Sociocultural é complexa e importa refletir mediante um discurso que revele a validade e a imprescindibilidade da sua atuação em todos os âmbitos de intervenção.

A proposta de *Estatuto da Carreira Profissional de Animador/a Sociocultural* é um documento que:

- Vem definir claramente a sua carreira distinguindo dois tipos de Animadores Socioculturais: o Assistente Técnico em Animação So-

ciocultural (equivalente ao 12.º ano) e o Técnico Superior em Animação Sociocultural (equivalente à licenciatura ou graus académicos superiores). Definindo a estrutura e acessos às carreiras profissionais. Estabelece o conteúdo funcional de ambos e define os direitos e deveres dos Animadores Socioculturais;

- Estabelece quais os cursos profissionais e superiores que dão acesso à carreira de Assistente Técnico em Animação Sociocultural e Técnico Superior em Animação Sociocultural, uma vez que nem todos detêm nos seus conteúdos programáticos e curriculares os objetivos a que se propõem a intervenção em Animação Sociocultural.

Referências Bibliográficas

- APDASC (2019). Animação Sociocultural: construindo o futuro. Alcochete: Alfarroba.
- APDASC (2019). Estatuto da Carreira do Animador Sociocultural disponível em http://www.apdasc.com/info/ver_pagina.php?id=20.
- Costa, C. (coord.) (2010). Animação Sociocultural: profissão e profissionalização dos animadores. Porto: Livpsic – Ciências da Educação.
- Fonte, R. (2012). A formação de Animadores Socioculturais. Canas de Senhorim: Edição de autor.
- Lopes, M. (2008). A Animação Sociocultural em Portugal. Amarante: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

Nota curricular

Isabel Filipe é Presidente da direção nacional da APDASC – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural desde janeiro de 2016.

Licenciada em Animação Sociocultural (2010), Pós-graduada em Arte e Educação (2016) e Mestre em Arte e Educação (2018).

Exerce funções docentes, como professora convidada, no ISCE – Instituto Superior de Ciências Educativas, em Odivelas, lecionando no Curso Superior de Animação Sociocultural e no CTeSp de Apoio a Crianças e Jovens (2019).

Colabora em publicações científicas das áreas de Animação Sociocultural em Portugal e Espanha. Para além de intervenções em congressos, encontros, seminários e conferências nas áreas da Animação Sociocultural e Economia Social tem liderado, na APDASC, a organização e coordenação de eventos do mesmo cariz.

É co-autora de diversas publicações, entre elas, destacam-se as seguintes: “ACT – Atores da Inclusão Inteligente”, propriedade da PASEC – Plataforma de Animadores Socioeducativos e Culturais, 2018 e “Jogos e Atividades adaptados a trabalho com seniores”, Editora Alfarroba, 2015; Foi coordenadora da obra coletiva “Animação Sociocultural: construindo o futuro”, publicada no âmbito do “XXIX Congresso Internacional de Animação Sociocultural” (2019).

Nos últimos anos vem orientando Provas de Aptidão Profissional (PAP) nas áreas do Curso Profissional de Animador Sociocultural e Curso de Técnico de Apoio à Infância, assim como integrado o Júri de apresentação final das referidas provas; Arguente convidada enquanto especialista da área científica de educação da Prova pública de apresentação e defesa da dissertação de Mestrado em Educação e Formação, especialização em formação e intervenção educativa com crianças e jovens intitulada: “O papel e

o lugar do Animador na Educação InfantoJuvenil: das instituições escolares às não escolares. Um estudo multicasos da Ilha de São Miguel” – Universidade dos Açores, Ponta Delgada (2018).